

Termo de Referência – Sistema Nacional de Redes Fito

Descrever o status da rede

Encaminhamentos: internos e políticos

Criação da Portaria Farmanguinhos – projeto p/ obtenção do Fundo Nacional de Saúde
Divulgação

Projeto – objetivos – descrição

Enfatizar a importância de Farmanguinhos para a realização do Sistema nacional de Redes Fito.

Enviar para as redes

O Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, constituiu um marco histórico ao aprovar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF e instituir um Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, para o desenvolvimento tecnológico dos medicamentos de origem vegetal, dando início a um novo paradigma para a produção de medicamentos em que a biodiversidade brasileira é a fonte de conhecimento e origem deste processo. Preencheu ainda a lacuna do papel do Estado na redução de incertezas, assumiu um dinamismo maior para o Complexo Industrial da Saúde indicando os biomas brasileiros como unidades de gestão para a inovação de fitomedicamentos e incentivou a revisão de conceitos e normas realizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. A PNPMF indicou também o Sistema Único de Saúde como responsável pelo êxito do seu Programa.

Em 2005, o Projeto do Núcleo de Gestão da Biodiversidade e Saúde – NGBS/FarManguinhos/Fiocruz, foi submetido ao Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, cadastrado como pré-projeto no Fundo Nacional de Saúde sob o número FNS - 33781.0550001/06-041 e aprovado pela Portaria MS 338/2006. Os objetivos gerais do NGBS estão intimamente ligados à necessidade de se aprimorar o conhecimento o aprendizado, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para o estabelecimento de novos paradigmas baseados na biodiversidade brasileira, tendo na sua base uma consistente parceria entre as universidades e os diversos atores envolvidos com o PNPMF. A finalidade maior de tal parceria é promover o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva desde o cultivo/manejo, caracterização botânica, padronização de

extratos, desenvolvimento farmacotécnico e *scale-up*, controle de qualidade, estudos toxicológicos (pré-clínicos e clínicos) e farmacológicos (pré-clínicos e clínicos), disponibilizando à população brasileira produtos fitoterápicos seguros e eficazes.

Em 25 de junho de 2008, a Portaria nº. 1.274, assinada pelo Ministro José Gomes Temporão, instituiu o Grupo Executivo para o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com a seguinte composição: dois representantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (Departamento de Assistência Farmacêutica – DAF e Departamento de Economia em Saúde atualmente denominado Departamento do Complexo Industrial e Inovação – DCIIS); um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; um representante da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ (o Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde/Farmanguinhos); e um representante do Grupo Hospitalar Conceição – GHC/MS, para apoiar o Ministério da Saúde na coordenação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – PNPMF.

Em julho de 2007, o NGBS apresentou projeto ao Ministério da Saúde, intitulado “Escritório de Planejamento e Gestão de Sistema de Redes Fito”. Com a aprovação desse projeto e a liberação parcial dos recursos, para execução financeira em 2009, o NGBS, apoiado pelas parcerias que se firmaram nesse ano, realizou as seguintes atividades:

1. Organização do Escritório de Gestão do Sistema de Redes Fito no Complexo Tecnológico de Medicamentos/Farmanguinhos/Fiocruz, compreendendo as etapas de contratação de pessoal e aquisição de infraestrutura;
2. Organização das redes por bioma, compreendendo as etapas de diagnóstico, reuniões com instituições líderes dos diversos setores do conhecimento, seminário de constituição, estruturação do conselho gestor e acordo de cooperação com a Fiocruz;
3. Desdobramento dos trabalhos regionais com seminários de cada segmento, elaboração dos sítios de cada rede, implantação do espaço virtual (repositório) integrando redes e escritório de gestão, implantação da gestão de compromissos. Implantação da administração regional de cada conselho, implantação da comunicação através dos sítios e integração com o escritório;

4. Levantamento das competências de cada área do conhecimento de cada rede, definição da malha de P&D, definição de linhas gerais para discussão de alvos em três segmentos: fitoterápicos, fitofármacos outros fitoprodutos (inseticidas etc.). Elaboração, juntamente com o MS/SUS das prioridades-alvo a serem desenvolvidas. Realização de estudos para o estabelecimento do estado da arte das plantas com potencial de desenvolvimento por bioma, considerando-se, além das espécies nativas, as adaptadas;
5. Discussão dos níveis de complexidade da fitoterapia com a realização de seminários regionais voltados para de subsídios para programas específicos e regulamentação. Regionalização da discussão do modelo de desenvolvimento para consolidação de cada rede regional de desenvolvimento de fitomedicamentos (Rede Fito) nos diversos biomas. Para tanto, serão necessárias diversas oficinas de trabalho, adotando-se metodologias que visem abranger amplamente as organizações representantes de cada segmento do desenvolvimento. Publicação de trabalhos divulgando as redes e sistemas ampliando o debate dos níveis de complexidade da fitoterapia, desenvolvimento e gestão, projetos estratégicos;
6. Monitoramento e prestação de contas para o DAF/SCTIE, Ministério da Saúde, ANVISA e Vice-Presidência de Desenvolvimento Institucional e Gestão do Trabalho (VPDIGT);

Concluída, ao final de 2009, a primeira etapa do referido projeto, e por recomendação do IV Seminário do Escritório de Gestão das Redes Fito, realizado no período de 7 a 9 de dezembro do corrente ano, faz-se necessário, para sua continuidade, o desenvolvimento, em 2010, das seguintes atividades:

1. Elaboração de um Termo de Referência que estabeleça para as Redes Fito os parâmetros de um Sistema de Arranjos Produtivos Inovativos Locais – APILs, prevendo:
2. Articulação de 18 APILs, nos seis principais biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa);
3. Viabilização, a curto prazo, de medicamentos e produtos fitoterápicos;
4. Desenvolvimento de fitofármacos;
5. Organização de malhas regionais de P&D;
6. Construção de estações agroecológicas – estruturas de ensino, pesquisa, capacitação e informação em cada bioma;
7. Desenvolvimento de um banco de dados georeferenciado denominado Portal da Inovação em Fitomedicamentos;